CONSULTA GINECOLÓGICA NA ADOLESCÊNCIA: fortalecendo DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

**Isabele de Souza Costa 1, Isadora Marques Barbosa ², Amanda Pinheiro ³, Carlon Washington Pinheiro 4, Thaís Castro Nocrato ⁵**

1 Enfermeira graduada pela Universidade de Fortaleza. Possui residência em Saúde da Família e Comunidade - ESP/CE. Email: isabele\_de\_souza19@hotmail.com

2 Enfermeira Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará.

3 Assistente Social graduada pela Universidade Estadual do Ceará. Possui residência em Saúde Mental Coletiva - ESP/CE;

4 Enfermeiro graduado pela Universidade de Fortaleza. Possui residência em Saúde Mental Coletiva - ESP/CE;

5 Enfermeira graduada pela Universidade de Fortaleza. Possui Residência em Cancerologia – ESP/CE.

**Resumo:** O objetivo do estudo foi buscar na literatura referências acerca da consulta ginecológica para adolescentes na Atenção Primária à Saúde, com foco no fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, por meio de um levantamento bibliográfico em bases de dados como Google Acadêmico e acesso a sítios eletrônicos como: SciElo Brasil e BVS, entre janeiro e fevereiro de 2020. Esta revisão abordou a consulta ginecológica como principal estratégia para se discutir saúde sexual e reprodutiva com as adolescentes na Atenção Primária à Saúde. Acredita-se que a consulta de e as demais ações educativas têm grande potencial para a promoção do bem-estar sexual e para a escolha reprodutiva livre e informada.

**Descritores:** Adolescente; Exame ginecológico; Direitos sexuais e reprodutivos.

**Área Temática:** Inovações em Saúde da Família e da Comunidade

1. **INTRODUÇÃO**

A adolescência caracteriza-se por ser um ciclo de vida particularmente saudável, marcado por mudanças e transformações importantes para o crescimento e desenvolvimento de adolescentes, sendo influenciado por fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. No entanto, esta fase pode apresentar problemáticas e agravos em saúde que decorrem em grande medida, de comportamentos e estilos de vida com elevado potencial para situações de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2017).

Segundo o Ministério da Saúde (2010), a adolescência tem início aos 10 anos e término aos 19 anos de idade. Nesse período, evidenciam-se muitas transições, na qual a sexualidade apresenta-se como a de maior repercussão na vida dos adolescentes. Isso acontece porque a sexualidade se manifesta no adolescente com maior intensidade devido ao processo de maturação sexual e exacerbação hormonal, apresentando sensações corporais e desejos ainda desconhecidos até então. Com isso, criam-se novas necessidades de relacionamento interpessoal, tornando-se um foco importante de preocupação e curiosidade para adolescentes de ambos os sexos (BRASIL, 2017).

É importante pontuar que os adolescentes vivenciam sua sexualidade, muitas vezes, de forma conflitante e traumática, uma vez que não se discute direitos sexuais e reprodutivos nos espaços familiar, escolar e comunitário, estimulando esses adolescentes a adotar comportamentos de risco para atender seus desejos e curiosidades, impulsionados pela busca do prazer afetivo e sexual, expondo-se a situações de vulnerabilidade (RAMOS *et al*., 2014).

O reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos fundamentais de adolescentes e jovens está alinhado aos compromissos assumidos pelo Brasil durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993 e na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994. Esses eventos e os documentos resultantes deles foram essenciais para a inserção das e dos adolescentes como sujeitos de direitos no tocante à saúde sexual e reprodutiva amparados por programas sociais e políticas públicas intersetoriais. (BRASIL, 2013).

Considerando as diferentes formas de vivência da sexualidade, incluindo as experimentações iniciais eróticas e autoeróticas como fatores relevantes na atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e dando visibilidade para questões como a iniciação sexual precoce, a multiplicidade de parceiros e o baixo uso do preservativo é que profissionais da saúde, familiares, educadores e gestores devem estar preparados para atender às especificidades das e dos adolescentes, articulando ações de promoção e prevenção à saúde desse grupo etário (GOMES *et al*., 2014; BRASIL, 2016).

Nessa perspectiva, a consulta ginecológica consiste em uma oportuna estratégia promotora de saúde, proporcionando às adolescentes um espaço para diálogo, educação em saúde e promoção da autoestima. O profissional de saúde deve adotar uma postura respeitosa e baseada em preceitos éticos, partindo do pressuposto de que a consulta não se resume ao exame ginecológico, então ser sensível às manifestações da adolescente é um caminho fecundo para a construção do vínculo com esta (BRASIL, 2017).

Na Atenção Primária à Saúde - APS, devido à responsabilidade sanitária por uma área adscrita, é possível acompanhar o usuário de forma longitudinal, de maneira que haja uma continuidade do cuidado e uma maior percepção sobre aquele indivíduo e sua comunidade. No entanto, a população adolescente pouco tem acesso à Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS), inexistindo muitas vezes uma agenda voltada para a Saúde do Adolescente.

No caso do acesso à consulta ginecológica por parte de mulheres adolescentes, além da burocratização do serviço de saúde para o atendimento desse grupo, existem os entraves socioculturais, pois muitas adolescentes negligenciam esse cuidado com a saúde sexual e reprodutiva por vergonha e medo dos pais descobrirem o que foi revelado durante a consulta ginecológica (BRASIL, 2017; RAMOS *et al*., 2014).

Diante da problemática citada, a consulta ginecológica é apontada como oportuna estratégia de aproximação e cuidado dessas meninas, tornando esse momento em um espaço de potência para a promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção de maiores agravos como Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST, violências contra a mulher e gravidez na adolescência. Nesse sentindo, este estudo será de grande relevância para profissionais da saúde da APS, em especial o enfermeiro, por ser o profissional que está à frente da consulta ginecológica nas Unidades Básicas de Saúde - UBS; educadores, gestores, equipamentos sociais, comunitários e para as adolescentes que são as protagonistas dessa pesquisa.

Considerando as barreiras encontradas no serviço de saúde por essas adolescentes para vivenciar a saúde sexual e reprodutiva de forma saudável, prazerosa e segura, optou-se por este estudo com o objetivo de buscar na literatura referências acerca da consulta ginecológica para adolescentes na Atenção Primária à Saúde, com foco no fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos.

1. **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, realizado por meio de uma revisão narrativa da literatura, adequada para descrever e discutir o estado da arte de um determinado assunto. Este método de revisão é definido como amplo, apropriado para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual, consistindo em levantamentos de literaturas publicadas, voltadas para a interpretação e análise crítica pessoal dos autores(ROTHER, 2007).

A coleta de dados ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2020. A técnica utilizada foi por meio de um levantamento bibliográfico em bases de dados como Google Acadêmico e acesso a sítios eletrônicos como: SciElo Brasil (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde, a qual engloba a base de dados LILACS, BDENF dentre outras), que proporcionaram a leitura de periódicos, artigos e manuais, a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “adolescente”; “exame ginecológico” e “direitos sexuais e reprodutivos”, a partir da utilização do marcador booleano *“and”.*

O presente estudo apresentou como questão norteadora: Quais os direitos sexuais e reprodutivos abordados durante a consulta ginecológica para adolescentes na Atenção Primária à Saúde?

Os critérios de inclusão foram trabalhos publicados entre 2012 e 2020, com idioma português e espanhol e que respondessem a questão norteadora. Como critério de exclusão: os trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra. Realizou-se uma leitura exploratória, onde foram analisados os títulos e resumos, eliminando os trabalhos não pertinentes ao objetivo deste estudo.

1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram encontrados 286 artigos sobre essa temática nos idiomas português e espanhol. A partir de uma leitura criteriosa dos títulos e resumos, foram selecionados 15 estudos que foram pertinentes a essa pesquisa, sendo os trabalhos: 9 artigos, 5 manuais e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A seguir encontra-se a caracterização dos artigos incluídos no presente estudo, tendo sido evidenciado o ano de 2014 com o maior número de artigos.

**Figura 1:** Caracterização dos estudos quanto ao título, ano, procedência e tipo de literatura. Fortaleza-Ceará, 2020.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **TÍTULO** | **ANO** | **PROCEDÊNCIA** | **TIPO DE LITERATURA** |
| 1 | Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación en Argentina. | 2014 | Revista Interface (Botucatu) | Artigo de revista |
| 2 | Consulta de enfermagem ginecológica na estratégia saúde da família | 2015 | Revista Arq. Ciênc. Saúde | Artigo de revista |
| 3 | Aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência: diálogos e aprendizagem na escola | 2017 | Revista Semina | Artigo de revista |
| 4 | Representações de adolescentes acerca da consulta ginecológica. | 2014 | Revista esc. enferm. USP | Artigo de revista |
| 5 | Consulta ginecológica na adolescência: aspectos relacionados e motivações determinantes para sua realização | 2012 | **Revista Pesq Saúde** | Artigo de revista |
| 6 | Avaliação na atenção primária paulista: ações incipientes em saúde sexual e reprodutiva | 2017 | Revista Saúde Pública | Artigo de revista |
| 7 | Consulta ginecológica sob a ótica de adolescentes. Rev. Enfermagem do Centro Oeste Mineiro | 2014 | Rev. Enfermagem do Centro Oeste Mineiro | Artigo de revista |
| 8 | Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem | 2019 | **Revista Avances En Enfermería** | Artigo de revista |
| 9 | Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva | 2016 | RevistaSaúde soc. | Artigo de revista |
| 10 | Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva | 2016 | Ministério da Saúde | Manual |
| 11 | Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde | 2010 | Ministério da Saúde | Manual |
| 12 | O SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil | 2013 | Ministério da Saúde | Manual |
| 13 | Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica | 2017 | Ministério da Saúde | Manual |
| 14 | Atendendo a adolescente no consultório | 2017 | FEBRASGO | Manual |
| 15 | Estatuto da Criança e do Adolescente | 1990 | **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** | Estatuto |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram utilizados 4 manuais do Ministério da Saúde, com publicações entre  2010 e 2017, que abordam temáticas pertinentes à saúde integral do adolescente, direitos sexuais e reprodutivos na adolescência e 1 manual da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) sobre a consulta ginecológica na adolescência. Também foi utilizado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres das crianças e adolescentes no país.

A discussão se deu em dois eixos principais, sendo eles: “Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência” e “A consulta ginecológica como espaço de promoção da saúde das adolescentes”.

**3.1 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA ADOLESCÊNCIA**

O Brasil, após os acordos assinados nas conferências internacionais sobre os direitos em Saúde Sexual e Reprodutiva – SSR elaborou políticas, programas, protocolos e recomendações relacionados às atribuições da APS para o fortalecimento e efetivação da SSR no SUS, são exemplos: as Políticas Nacionais de DST/AIDS, Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o Marco Legal “Saúde, um Direito de Adolescentes”, dentre outros (BRASIL, 2016; BROWN *et al*., 2014).

Com base nesses documentos, compreende-se que a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes constitui uma das ações prioritárias da APS, tendo a Estratégia Saúde da Família – ESF como facilitadora desse processo, atuando a partir da Clínica Ampliada, inserindo o adolescente nas agendas dos atendimentos da unidade de saúde, além de fomentar debates e fortalecer grupos e espaços construídos para e por adolescentes.

No entanto, o campo da saúde sexual e reprodutiva na adolescência precisa ser associado a noções mais ampliadas de saúde. Compreendendo a saúde sexual, como o bem-estar físico, emocional e afetivo relacionados às sexualidades e não somente a doenças e disfunções biológicas. E entendendo que a saúde reprodutiva implica no acesso à informação e no direito de escolha por ter ou não um filho, por meio de uma assistência integral que oferte informações de fácil entendimento sobre o uso de métodos, técnicas e serviços de saúde para este fim (SEHNEM *et al*., 2019).

Evidenciam-se posturas de censura, de julgamentos e discriminação, em relação à sexualidade por parte da família, da escola e dos profissionais da saúde que prestam assistência ao adolescente. Não há espaços de discussão sobre educação sexual, gênero, sexualidades e sobre os direitos sexuais e reprodutivos deste grupo populacional, pois o discurso da sociedade continua sendo proibitivo e baseado em uma cultura moralista e conservadora, o que impacta de forma bastante negativa da vida dos adolescentes, que buscam esse conteúdo através dos amigos ou desconhecidos, da pornografia, podendo assim experienciar a sexualidade de forma distorcida ou até traumática, acarretando grandes repercussões para sua vida sexual e afetiva (FREIRE *et al*., 2017; VASCONCELOS *et al*., 2016).

Nasser (2017) aponta como aspecto indispensável ao cuidado do adolescente, o fortalecimento das ações intersetoriais, articulando o serviço de saúde, a escola, a família, os equipamentos sociais e comunitários e os adolescentes para juntos construírem programas e projetos voltados para a educação sexual e a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos.

**3.2 A CONSULTA GINECOLÓGICA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DAS ADOLESCENTES**

A acolhida de adolescentes nos serviços de saúde deve ser sempre cordial e compreensiva, visto que este grupo populacional pouco acessa o setor saúde. Então, quando o adolescente visita a UBS, o profissional deve aproveitar o atendimento para realizar uma anamnese ampliada que permita detectar, refletir e auxiliar na resolução de outras questões que surjam além do motivo principal da consulta (BRASIL, 2017).

Todo e qualquer atendimento exige do profissional de saúde empatia, sensibilidade e ética. Na consulta ginecológica, esses aspectos devem receber maior atenção ainda, pois se trata de um momento em que há exposição do corpo e das intimidades da adolescente, portanto o profissional deve adotar uma postura de respeito, buscando estabelecer vínculo com a adolescente, a partir de uma conversa sem julgamentos e com uma escuta qualificada, deixando-a se expressar livremente (GOMES, 2014).

O exame ginecológico na adolescente com vida sexual ativa, não se difere muito do realizado na mulher adulta, em termos de técnicas. Considerando os aspectos socioculturais, a desigualdade de gênero e a negligência das famílias e escolas para abordar a sexualidade, as adolescentes chegam à consulta com muitos medos, inseguranças e ideias distorcidas do atendimento ginecológico. Nessa perspectiva, a explicação prévia do procedimento a ser realizado, assim como o seu objetivo, torna-se fundamental para tranquilizar a adolescente durante a consulta (BRASIL, 2017).

Entre os motivos mais frequentes que levam as adolescentes à consulta ginecológica estão as alterações corporais provocadas pela puberdade, os problemas relacionados ao ciclo menstrual, as cólicas, os corrimentos e o desejo pela contracepção. É importante perguntar a adolescente quais são as suas dúvidas e expectativas em relação à consulta, deixando-a confortável para expressar suas queixas, evitando perguntas que induzam a resposta, além de comportamentos autoritários e julgadores (FEBRASGO, 2017).

No estudo de Catafesta (2015), evidencia-se que a consulta ginecológica na APS é realizada, majoritariamente, pelo profissional enfermeiro, portanto este precisa estar capacitado e preparado para receber mulheres adolescentes no consultório, promovendo uma assistência integral a este ciclo de vida, atentando para as singularidades de cada adolescente. É dever do enfermeiro também conhecer os aspectos éticos e legais implicados nesse atendimento.

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), o adolescente tem direito à privacidade no momento da consulta, atendimento em saúde sem autorização e desacompanhado dos pais, garantia de confidencialidade e sigilo. Recomenda-se a presença de outro profissional de saúde no atendimento de adolescentes desacompanhados.

1. **CONCLUSÃO**

A consulta ginecológica realizada na APS pelo enfermeiro, ainda necessita de grandes avanços para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. Observa-se a predominância do modelo biomédico, reduzindo o momento da consulta ao exame ginecológico, além da heteronormatividade que se impõe às adolescentes durante os atendimentos, sinalizando a necessidade de se discutir sexualidades e suas formas de cuidado.

Os profissionais da saúde precisam conhecer mais o campo da saúde sexual e reprodutiva, ampliando as ações de acordo com as demandas dos adolescentes, dialogando com a família, a escola e os demais equipamentos sociais e comunitários, entendendo a complexidade dos processos individuais para cada adolescente, no que tange à sexualidade e à vida reprodutiva.

1. **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva.** Ministério da Saúde: Brasília, 2016.Disponível em**: <**<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva.pdf>>. Acesso em: 25 outubro 2018.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Ministério da Saúde: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>>. Acesso em: 20 outubro 2018.

BRASIL. O **SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil**. Ministério da Saúde: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pub\_sus.pdf>](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pub_sus.pdf%3E). Acesso em: 20 outubro 2018.

BRASIL. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.** Ministério da Saúde: Brasília, 2017. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_adolecentes.pdf>>. Acesso em: 15 outubro 2018.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 jan 2020.

BROWN, J. L. *et al*. Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación en Argentina.**Interface (Botucatu)**,  Botucatu ,  v. 18, n. 51, p. 673-684,  Dec.  2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832014000400673&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 10 dezembro 2019.

CATAFESTA, G. *et al*. Consulta de enfermagem ginecológica na estratégia saúde da família. Arq. Ciênc. Saúde, Santa Catarina, V. 1, n. 22, p. 85-90, mar. 2015.

FEBRASGO. Atendendo a adolescente no consultório. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2017.

FREIRE, A. K. S. *et al*. Aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência: diálogos e aprendizagem na escola. **Semina**: Ciências Biológicas e da Saúde, [s.l.], v. 38, n. 1, p.3-14, 18 dez. 2017. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/1679-0367.2017v38n1p3.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira *et al*. Representações de adolescentes acerca da consulta ginecológica.**Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 438-445, junho 2014.  <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S008062342014000300438&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000300438&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 outubro 2018.

KROGH, É. *et al*. Consulta ginecológica na adolescência: aspectos relacionados e motivações determinantes para sua realização. **Rev Pesq Saúde**, São Luís, v. 2, n. 13, p.11-16, ago. 2012.

NASSER, Mariana Arantes *et al*. Avaliação na atenção primária paulista: ações incipientes em saúde sexual e reprodutiva.**Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, 77, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-89102017000100265&lng=en&nrm=iso>.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102017000100265&lng=en&nrm=iso%3e.) Acesso em: 05 dezembro 2019.

RAMOS, A. C. P. *et al*. Consulta ginecológica sob a ótica de adolescentes. Rev. Enfermagem do Centro Oeste Mineiro, vol. 3, n. 4, p. 1248-1261, set/dez 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/755/762>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

SEHNEM, G. D. *et al*. Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances En Enfermería**, [s.l.], v. 37, n. 3, p.343-352, 1 set. 2019. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/av.enferm.v37n3.78933>.

VASCONCELOS, A. C. S. *et al*. Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva.**Saude soc.**,  São Paulo ,  v. 25, n. 1, p. 186-197,  Mar.  2016 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000100186&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 20 dezembro 2019.